



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

6124 - Trabalho Completo - XIII Reunião Científica da ANPEd-Sul (2020)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 09 - Currículo

CURRÍCULO DO EMITI E A PRÁTICA DOCENTE: IMPACTOS DE UMA PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA

Leiri Aparecida Ratti - UNIVILLE - UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE

Daniel de Souza França - UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina

Nivia Moreira de Camargo - UFPR - Universidade Federal do Paraná

Agência e/ou Instituição Financiadora: Fundo de Apoio à Pesquisa da Univille

CURRÍCULO DO EMITI E A PRÁTICA DOCENTE: IMPACTOS DE UMA PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA

Os baixos índices educacionais apresentados nas avaliações nacionais da educação básica evidenciam a urgência de se propor novas políticas curriculares educacionais. Em 2017, o MEC apresentou a MP 746 que fomenta a implementação do ensino integral, a qual foi convertida na Lei n. 13.415/2017, a chamada lei da Reforma do Ensino Médio. Esta reforma, que emerge de um cenário globalizado e que demanda soluções inovadoras para a educação básica, ensejaram uma parceria entre a Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina – SED e o Instituto Ayrton Senna – IAS, que resultou na implementação do Ensino Médio Integral em Tempo Integral – EMITI.

A implementação do programa EMITI, em especial ao que tange a implementação de um novo currículo, está aconrada na BNCC e documentos norteadores do funcionamento escolar, tal como o PPP, além do material didático-pedagógico fornecido pelo IAS, O material oferecido pelo IAS consiste, principalmente, em caderno do aluno, as ditas OPAs, que na prática funcionam como eixo principal na elaboração das aulas do programa. O foco deste trabalho é investigar os impactos da parceria público-privada no currículo e na prática dos professores que atuavam no EMITI em 2018.

A organização desta produção envolve a análise dos seguintes aspectos: as relações entre os movimentos da globalização e o currículo no EMITI; a utilização das Orientações para Plano de Aula – OPAs e a possibilidade de construir a autonomia curricular docente; e a perpeção dos professores envolvidos quanto a construção do novo currículo.

A organização desta produção envolve a apresentação da metodologia da pesquisa, com análise documental e o questionário aplicado; os movimentos da globalização e o currículo no Ensino Médio Integral em Tempo Integral; a utilização das Orientações para Plano de Aula – OPAs e a possibilidade de construir a autonomia curricular docente; e o relato dos professores com relação às fragilidades e impedimentos na prática docente. A

análise desenvolve-se com base nos dados coletados, nos documentos e no diálogo com o referencial teórico que discute o tema.

A investigação utiliza-se de métodos qualitativos que, segundo Gatti e André (2010), contribuem significativamente com o desenvolvimento de estudos no campo educacional. Para as autoras, a pesquisa qualitativa permite analisar e compreender as relações e “o cotidiano escolar em suas múltiplas implicações, as formas de mudança e resiliência presentes nas ações educativas” (GATTI; ANDRÉ, 2010, p. 9).

O desenvolvimento da pesquisa contou com análise documental, fonte estável e concreta que permite inúmeras leituras para avanços na análise dos cadernos de sistematização e das Orientações para Planos de Aula – OPAs, e colabora para a análise dos dados coletados por meio de outros instrumentos de pesquisa. Fontes de informações que podem ser consultada diversas vezes, como é o caso dos materiais disponibilizados pelo IAS e os dados do questionário aplicado, colaboram na análise por possibilitarem retomá-los tantas vezes quanto for necessário, advogam Lüdke e Andre (1986).

Além da análise documental, essa investigação dispôs da aplicação de um questionário ao corpo docente que, no ano de 2018, atuava nas escolas da rede estadual de ensino de Joinville-SC, contempladas com o programa EMITI. Os docentes estão nomeados pelas siglas Pa para professor da escola A e Pb para professor da escola B, acompanhados ainda de um número, para preservar suas identidades. As respostas, por sua vez, passam pelo crivo de uma análise de conteúdo rigorosa a fim de se possam ser apreendidas as significações que os professores atribuem à construção do currículo nesse ambiente de parceria público-privada.

O questionário, de acordo com Morgado (2000, p. 122), “tratar a informação de uma forma padronizada permitindo a comparabilidade dos elementos apurados” e viabiliza visitar as informações o número de vezes que a pesquisadora julgar necessária.

Ao realizar as análises, é necessário considerar o contexto histórico, da realidade social, dos conceitos e sensibilidade para analisar e construir inferências, com “atenção ao mundo do sujeito e aos significados por ele atribuídos às suas experiências cotidianas, às interações sociais que possibilitam compreender e interpretar a realidade, aos conhecimentos tácitos e às práticas cotidianas que forjam as condutas dos atores sociais” (GATTI; ANDRÉ, 2010, p. 3). Para isso, passamos a discutir as políticas educacionais para o Ensino Médio em meio a globalização neoliberal.

Nas novas políticas educacionais, como a Lei 13.415 que propõe a reforma do Ensino Médio, as reformas surgem, sob a influência de movimentos da globalização, como solução para os problemas da educação básica. Nesse contexto descentralizador, onde as parcerias público-privadas são firmadas, o Estado age na condição de regulador, delegando a agentes externos, as decisões relacionadas ao currículo.

As recentes propostas apresentam uma base comum, carregadas de expressões como eficiência, competitividade, características do gerencialismo, onde “o modelo de gestão considerado eficaz é o da iniciativa privada, cujo centro está baseado [...] em processos de fixação de metas e objetivos, submetidas à avaliação e divulgação, associadas a prêmio ou punição, na dependência dos resultados obtidos” (FREITAS, 2016, p. 140)

A exemplo do EMITI, novo programa implementado na rede estadual de ensino de Santa Catarina a partir da parceria firmada pela SED com o IAS, obedecendo às intenções gerencialistas, que se apresentam como solução para os problemas da educação básica, o modo como se estrutura e desenvolve a construção do conhecimento e a educação, mostra que

o currículo é forte instrumento de influência e dominação, como alerta Apple (2006).

O instituto, por meio de sua equipe de especialistas, tendo por expressão de ordem a formação humana integral, construiu o currículo a ser seguido no EMITI, que está dividido em duas grandes áreas: Áreas de Conhecimento e do Núcleo Articulador (INSTITUTO AYRTON SENNA, Caderno 2, [2017?]).

Os materiais apresentados, os chamados cadernos de sistematização, contemplam as metodologias integradoras, “ferramentas para **promover** a gestão da aula [...] e a gestão do ensino e da aprendizagem – quando o **professor coloca em prática** os princípios norteadores desta proposta de educação integral e **define** quais e como os conteúdos serão desenvolvidos” (INSTITUTO AYRTON SENNA, Caderno 3, [2017?], p. 15, grifos nossos). De acordo com o IAS, “compõem a **Solução Educacional para o Ensino Médio**, pois traduzem e integram os princípios conceituais desta proposta de educação integral, orientando as práticas pedagógicas dos professores” (INSTITUTO AYRTON SENNA, Caderno 3, [2017?], p. 13, grifos nossos).

Além destes, o EMITI conta com as chamadas OPAs (Orientações para os Planos de Aula), material pedagógico com exemplares de aulas, a ser utilizado pelo professor no planejamento das sequências didáticas, que trataremos com mais atenção para pensar a possibilidade de construir a autonomia curricular docente.

As OPAs, de acordo com o Instituto Ayrton Senna (INSTITUTO AYRTON SENNA, Caderno 3, [2017?], p. 15), têm por objetivo “apresentar aos professores algumas possibilidades de desenvolvimento integrado dos conteúdos curriculares e das competências [...], por meio da prática intencional e sistemática das metodologias integradoras”. Ao consultar e analisar as OPAs, tanto o documento destinado ao fazer docente quanto o Caderno do Estudante, é possível inferir que tais materiais fornecidos pelo IAS são apostilas guia que, intrinsecamente relacionados, apresentam o passo a passo no desenvolvimento de uma aula, o que implica numa forte prescrição curricular.

A proposta apresentada dispõe de links e QR-Code de acesso a materiais previamente selecionados pelos profissionais especialistas do IAS, e busca garantir o desenvolvimento/aprimoramento das competências (INSTITUTO AYRTON SENNA, OPAS Linguagens, 2017). A minuciosidade de detalhes nos materiais constitui formato padronizado do fazer teórico e prático docente para todo o Estado de Santa Catarina.

Outro fator importante a ser abordado são as condições de controle com as quais os profissionais se deparam. Para cada aula o professor conta com metodologias que colaboram na construção e desenvolvimento da aula, com ações a serem adotadas antes, durante e depois de cada aula ou projeto. O registro regular das observações e práticas no chamado “diário de bordo”, com uso de um caderno ou de recursos tecnológicos – vídeos, gravações de áudio, blogs etc. –, permitem, de modo livre e pessoal, analisar e reconsiderar sua prática, a aprendizagem, os avanços na construção do conhecimento e o que precisa ser revisitado (INSTITUTO AYRTON SENNA, Caderno 3, [2017?]).

As condições de regulação e prescrição excessiva com manuais, orientações, formulários e controle, além de limitarem a autonomia curricular do professor, o imediatismo na implementação do programa e a utilização deliberada dos materiais é impulsionada, o que, alerta Morgado (2013, p. 445), pode causar desconforto aos profissionais que atuam “sobretudo quando sentimos que essa aceleração põe em causa a nossa capacidade de configurar um futuro com sentido e de forma mais significativa”. Para Leite (2012, p. 89) “não se justifica o desenvolvimento de um currículo que não tenha em conta a diversidade de experiências de situações vividas pelos alunos a quem se quer ensinar e a quem se deseja

oferecer condições para aprender”.

Neste sentido, pensar o currículo escolar consiste em presumir o conhecimento que se quer construir e o sujeito que constituirá a sociedade, e exige espaço de identidade no qual se constroem projetos singulares e trabalho docente coletivo (PACHECO, 2002), a fim de atender às necessidades locais, às “lacunas dos materiais didáticos ou do programa de conteúdos”, ou ainda, à real necessidade de cada educando. Transitar entre a teoria e a prática, num processo que depende das práticas e dos contextos, implica em compreender a autonomia curricular docente na instituição de ensino que, segundo Morgado (2003, p. 338), é:

[...] a possibilidade dos professores tomarem decisões no processo de desenvolvimento curricular, tanto no que diz respeito a adaptação do currículo proposto a nível nacional as características e necessidades dos estudantes e as especificidades do meio em que a escola se insere.

Com base nas discussões teóricas, que abordam a importância da autonomia curricular docente, e na análise dos materiais apresentados pelo IAS utilizados no programa EMITI, que apresentam condições mandatórias impostas à escola e aos profissionais docentes que atuam no programa, retomamos a questão de pesquisa: Quais os impactos da parceria público-privada no currículo e na prática dos professores que atuavam no EMITI em 2018?

Um currículo que não considera as singularidades de cada educando e o contexto em que a escola está inserida, aliado às condições de infraestrutura que se apresentam, permitem inferir que as prescrições curriculares impedem a escola de conceber sua própria identidade como espaço público de diálogo e reflexão coletiva; impedem ainda avanços na organização da instituição, e parece haver pouca autonomia e questionamento dos professores em relação à proposta educativa do EMITI para a escola, cuja discussão implicaria em “[...] melhorar a qualidade dos processos educativos e elevar os níveis de aproveitamento escolar dos alunos” (MORGADO; MARTINS, 2008, p. 5).

Para analisar a autonomia curricular docente, é importante ter como base as condições, individuais e coletivas, de planejamento e atuação dos professores que atuavam no Ensino Médio Integral em Tempo Integral que, conforme relata Pb15 (2018, p. 3): *“as questões referentes ao novo programa são discutidas no grande grupo com participação ativa de todos, inclusive a MINHA. Este projeto requer um planejamento integrado na maioria das atividades deverá ser feito semanalmente (é feito).”*

Aspectos voltados às restrições e impedimentos, devido aos programas de conteúdos prescritos pré-determinados por órgãos superiores, e à decisão sobre as atividades e os recursos didáticos a serem utilizados, Pa7 (2018, p. 4) alerta: *“na minha aula, no entanto há uma apostila (OPA – organização para planos de aula) que foi a parceria entre a SED e o IAS (Instituto Ayrton Senna), que precisa e deve ser seguida, pois somos cobrados por isso.”*

Estes aspectos contraditórios, se por um lado há espaços de discussão e planejamento, por outro são obrigados a seguir a proposta elaborada pelo IAS, impedem a flexibilização curricular, vista como garantia da construção da autonomia curricular das escolas, o que implica numa autonomia controlada.

O controle e regulação das ações ficam ainda mais evidentes quando o assunto é o trabalho da equipe gestora e os espaços de monitoramento e avaliação. A observação de aula por outro profissional, seja diretor, coordenador ou ainda outro docente é, de acordo com o instituto (2017, p. 28, grifo do instituto), **“um processo de interação profissional, de caráter**

essencialmente formativo, centrado no desenvolvimento docente [...]". O programa conta com ferramentas de gestão, dentre elas relatórios, fichas e documentos que compõem uma base de dados para análises, a fim de garantir controle e foco nos resultados. Ao tratar das implicações das parcerias público-privadas para serviços públicos, Peroni (2012, p. 27), alerta para "a diminuição da autonomia do professor, que recebe o material pronto para utilizar em cada dia na sala de aula e conta com um supervisor para verificar se está tudo certo".

Além da regulação, outra preocupação do IAS, são as questões relacionadas à possibilidade de efetivação do projeto, fator que deve ser analisado: "O gestor, professores e alunos têm o papel de **verificar se o projeto tem viabilidade** em termos de tempo e recursos disponíveis, se possui complexidade adequada" (INSTITUTO AYRTON SENNA, Caderno 5, [2017?], p. 100).

Neste sentido, os professores alertam para outro desafio enfrentado: questões de infraestrutura e condições de trabalho como "*trabalhar sem estrutura e materiais adequados para um EMITI; [...]*" alerta Pa3 (2018, p. 3); outro profissional especifica "*salas ambiente, laboratórios, internet, verbas para saídas de campo, atraso na chegada do material didático*" (Pa 5, 2018, p. 3).

A implementação de um novo programa para o Ensino Médio, como é o caso do novo programa para o ensino médio implementado em Santa Catarina, aportam em padronizações e resultados apresentados com base em documentos de controle preenchidos sistematicamente, sérias implicações decorrentes de parcerias firmadas com organismos externos.

Novas políticas exigem repensar o contexto, a estrutura, a atuação docente e considerar as singularidades de cada educando. Não é possível conceber que novas políticas educacionais e programas apresentem currículo construído em espaços distantes da instituição de ensino e por profissionais que desconhecem a realidade e o espaço educacional.

Embora relatos contraditórios tenham sido apresentados, quando o assunto é autonomia curricular, as evidências que emergem da análise de materiais apresentados pelo IAS e dos desafios em infraestrutura expostos pelos docentes, uma educação democrática, de qualidade e que possibilite construir justiça e cidadania social, está um tanto distante com parcerias que visem exclusivamente resultado em números quantitativos.

Os espaços coletivos de discussão e construção curricular envolvem desenvolver processos que permitem gerar maior compromisso profissional no sentido de uma educação pública democrática e de qualidade.

PALAVRAS-CHAVE: Currículo. Ensino Médio Integral em Tempo Integral. Prática Docente. Parceria Público Privada.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael W.. **Ideologia e currículo**. Tradução Vinícius Figueira. 3ª Ed. – Porto Alegre: Artmed, 2006. 288 p.

BALL, Stephen J.; GEWIRTZ, Sharon. Do modelo de Gestão do "Bem-Estar" Social ao Novo Gerencialismo: mudanças discursivas sobre gestão escolar no mercado educacional. In:

Políticas Educacionais: Questões E Dilemas. Stephen J. Ball, Jefferson Mainardes (Org.). Capítulo 8. 1ª edição. Editora Cortez, São Paulo. 2011. 288 p.

BRASIL. Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016. **Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.** Brasília, 2016.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm> Acesso em: 07 Mar. 2018

BRASIL. Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. **Lei número 13.415/2017 de 16 de fevereiro de 2017.** Brasília, DF: Senado Federal, 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm> Acesso em: 10 Maio. 2018.

DALE, Roger. **A Sociologia Da Educação E O Estado Após A Globalização.** *Educ. Soc.*, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1099-1120, out.-dez. 2010. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br> . Acesso em: 27 Jun. 2019.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A Reforma Empresarial da Educação. Nova direita, velhas ideias.** Expressão Popular. 1ª edição, São Paulo. 2018. 160 p.

GATTI, Bernardete Angelina; ANDRÉ, Marli. **Métodos Qualitativos de Pesquisa em Educação no Brasil: origens e evolução.** 2010. 13 p.

INSTITUTO AYRTON SENNA. **Metodologias Integradoras. Caderno 2.** Uma Parceria entre a Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina e o Instituto Ayrton Senna. [s.l.], [2017?]. 64 p.

INSTITUTO AYRTON SENNA. **Metodologias Integradoras. Caderno 3.** Uma Parceria entre a Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina e o Instituto Ayrton Senna. [s.l.], [2017?]. 76 p.

INSTITUTO AYRTON SENNA. **Núcleo Articulador. Caderno 5.** Uma Parceria entre a Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina e o Instituto Ayrton Senna. [s.l.], [2017?]. 148 p.

INSTITUTO AYRTON SENNA. **Orientações para os Planos de Aula (OPAs).** OPAs Linguagens. Uma Parceria entre a Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina e o

Instituto Ayrton Senna. [s.l.], [2017?]. 72 p.

LEITE, Carlinda. A articulação curricular como sentido orientador dos projetos curriculares. **Educação Unisinos**. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, vol. 16, núm 1, p. 87-92, janeiro/abril, São Leopoldo, Brasil. 2012.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU. 1986. 119 p.

MORGADO, José Carlos Bernardino. **A (des) construção da Autonomia Curricular**. Edições ASA. 1ª. Edição. Porto – Portugal. 2000. 159 p.

MORGADO, José Carlos Bernardino. Projecto curricular e autonomia da escola: possibilidades e constrangimentos. **Revista Galego-Portuguesa de Psicologia e Educação**. Nº 8, Vol. 10, p 335-344. Universidade do Minho, Portugal. 2003.

MORGADO, José Carlos Bernardino; MARTINS Fernando Benjamin. Projecto curricular: mudança de práticas ou oportunidade perdida? Universidade do Minho. **Revista de Estudos Curriculares**. Associação Portuguesa de Estudos Curriculares. P. 3-19. Portugal. 2008.

PACHECO, José Augusto; MORGADO, José Carlos Bernardino. **Construção e avaliação do projeto curricular de escola**. Porto Editora. Coleção Educação. 2002, 62 p..

PERONI, Vera Maria Vidal. **A gestão democrática da educação em tempos de parceria entre o público e o privado**. Pro-Posições, Campinas, v. 23, n. 2 (68), p. 19-31, maio/ago. 2012.